



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002245-13.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **MARCELO MINORU MAEDA**  
 Requerido: **DISCOVERY TOUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor cobra da ré o ressarcimento de danos provocados por ela em automóvel de sua propriedade.

Extraí-se de fls. 02/05 que no dia 28/02/2015 o autor estacionou seu automóvel na Rua Marechal Deodoro, mas após algum tempo retornou para constatar que a parte de cima da porta do motorista do veículo estava afundada e riscada.

O autor então percebeu que uma árvore existente em frente havia sido podada, ingressando em seguida no estabelecimento da ré que se situa nas proximidades.

Lá, um homem confirmou que a ré contratara uma pessoa para podar a aludida árvore, bem como que *"depois escutou um barulho, aparentemente uma escada batendo em algum veículo, mas não tomou conhecimento do que tivesse acontecido"* (fl. 03, parte final do segundo parágrafo).

Esse mesmo homem teria solicitado ao autor que fizesse um orçamento para a reparação de seu veículo, mas o acordo não restou viabilizado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Em contrapartida, a ré negou todas as imputações que lhe foram lançadas.

Refutou qualquer ligação sua com os fatos noticiados e deixou claro que não poderia ser responsabilizada em hipótese alguma pelos danos provocados no automóvel do autor.

As partes foram instadas a esclarecer se desejavam o alargamento da dilação probatória (fl. 27), mas permaneceram silentes (fl. 34).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação formulada.

Com efeito, não há dados consistentes que corroborassem a explicação do autor na medida em que os documentos de fls. 06/08 se limitam aos orçamentos elaborados para a apuração dos custos para a reparação em seu automóvel, enquanto as fotografias de fls. 09/14 atinam ao local dos fatos e à situação do veículo.

Deles não deflui, porém, a convicção sobre a dinâmica que rendeu ensejo aos danos invocados pelo autor e, como se não bastasse, à ligação da ré com esses fatos, o que seria imprescindível.

Nenhum dos mesmos encerra sequer indício a propósito.

Nesse contexto, a produção de prova oral poderia fornecer maiores subsídios para aclarar como tudo se passou, mas as partes não demonstraram interesse na sua implementação.

É forçoso convir que diante do panorama traçado não se estabeleceu o necessário amparo para que a ré fosse condenada ao ressarcimento dos gastos do autor e bem por isso a pretensão exordial não pode prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**